



MUNICÍPIO DE PENICHE

EDITAL

N.º 84/2023

CONSULTA PÚBLICA - PLANO DE COGESTÃO DA RESERVA NATURAL DAS BERLENGAS

-----HENRIQUE BERTINO BATISTA ANTUNES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE: -----

-----Faz público que, nos termos e para efeitos do previsto no do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, o Plano de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas (em anexo), se encontra em consulta pública de **09 de outubro a 06 de novembro de 2023**.-----

-----Para efeitos de participação deverão enviar email para cmpeniche@cm-peniche.pt e nuno.rodrigues@cm-peniche.pt com conhecimento a lurdes.morais@icnf.pt, indicando no assunto: **Consulta pública do Plano de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas**.-----

-----Para conhecimento público e devidos efeitos, se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.-----

-----E eu, *Joselina Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças o subscrevi.-----

-----PAÇOS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, 27 de setembro de 2023.-----

O Presidente da Câmara,

Henrique Bertino Batista Antunes

Reserva Natural das Berlengas



Plano de Cogestão 2023-2025

Comissão de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas

ÍNDICE

1.1. Âmbito do documento	3
1.2. Elaboração	3
1.3. Aprovação	3
1.4. Âmbito territorial a que diz respeito.....	3
1.5. Horizonte temporal a que se reporta	4
2. Modelo de Cogestão	4
2.1. A cogestão.....	4
2.2. Constituição da comissão de cogestão	4
2.3. Passos relevantes a destacar	5
2.4. Missão, Visão e Valores	5
2.5. Compromissos estratégicos a assumir pela comissão de cogestão	6
3. Caracterização da área protegida	6
3.1. Localização	6
3.2. Classificação	8
3.3. Caracterização	8
3.4. Situação demográfica.....	17
3.5. Património cultural	19
3.6. Arqueologia	21
4. Diagnóstico prospetivo da área protegida.....	22
4.1. Aspetos considerados críticos para o território	23
4.2. Aspetos a ser trabalhados no território.....	23
4.3. Posicionamento estratégico	24
4.4. Estratégia consensualizada para o território	24
5. Auscultação e envolvimento de atores chave	25
5.1. Atores chave.....	25
5.2. Processo de auscultação	25
5.3. Resultado da auscultação pública no âmbito da cogestão.....	26
5.3.1. Principais conclusões a retirar do último processo de auscultação	29
6. Programa de medidas e ações prioritárias	29
7. Instrumentos e linhas de financiamento	33
7.1. Financiamento das medidas e ações definidas.....	33
7.2. Estratégia de obtenção de financiamento	33
8. Monitorização.....	34
8.1. Resultados obtidos na situação de referência para os indicadores de realização obrigatórios	34
8.2. Medição anual dos indicadores de realização obrigatórios.....	36
8.3. Publicitação dos resultados obtidos anualmente	42
9. Publicitação e divulgação	42
9.1. Publicitação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida	42
9.2. Divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida	43
10. Anexos.....	43

1. Enquadramento

1.1. Âmbito do documento

O Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, que cria e define o modelo de cogestão das áreas protegidas, considerado fundamental para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável em cada área protegida e que visa especificamente os domínios da promoção, sensibilização e comunicação, prevê a elaboração de um plano de cogestão como um dos instrumentos de gestão da área protegida.

O plano de cogestão, previsto no referido decreto-lei, articula-se com o programa especial da respetiva área protegida e consagra a visão e a estratégia a seguir tendo por propósito a valorização e a promoção da área protegida, e considera, quando adequado, as zonas envolventes à área protegida que sejam relevantes para o seu desenvolvimento sustentável.

O plano de cogestão da Reserva Natural das Berlengas, localizada no Município de Peniche, consubstancia um compromisso entre as entidades envolvidas na sua execução e pretende ser um elemento estratégico de apoio à gestão desta Área Protegida para o período 2023-2025. Visa apoiar a criação de uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural.

1.2. Elaboração

A proposta do plano de cogestão foi elaborada pela Comissão de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas.

1.3. Aprovação

Nos termos do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, a proposta do plano de cogestão foi sujeita a apreciação e emissão de parecer pelo Conselho Estratégico da Reserva Natural das Berlengas, tendo sido aprovada por este órgão a 12 de Abril de 2022. Posteriormente, será submetida a consulta pública publicitada através de Aviso, a publicitar com a antecedência mínima de 5 dias, por edital municipal e nos sítios na Internet das entidades representadas na comissão de cogestão, por um período não inferior a 20 dias, tal como previsto no número 2, do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto e será novamente submetida a apreciação do Conselho Estratégico.

1.4. Âmbito territorial a que diz respeito

O plano de cogestão aplica-se à área da Reserva Natural das Berlengas, localizada no município de Peniche e, sempre que pertinente, às zonas envolventes, circunscritas ao limite administrativo deste município.

1.5. Horizonte temporal a que se reporta

Este plano de cogestão reporta-se ao horizonte temporal de 3 anos (2023-2025).

2. Modelo de Cogestão

2.1. A cogestão

Em alinhamento com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, e em cumprimento do previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, o modelo de cogestão das áreas protegidas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

A cogestão das áreas protegidas concretiza o princípio de participação dos órgãos municipais na respetiva gestão, envolvendo também as instituições de ensino superior e outras entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável das mesmas. As competências dos órgãos municipais são exercidas pelos municípios, podendo também sê-lo pelos órgãos competentes das entidades intermunicipais ou das associações de municípios com atribuições em territórios abrangidos por áreas protegidas.

Este modelo aplica-se às áreas protegidas que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas, com exceção das áreas protegidas de estatuto privado.

Com este modelo pretende-se imprimir uma dinâmica de gestão de proximidade, em que diferentes entidades colocam ao serviço das áreas protegidas o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, pondo em prática uma gestão participativa, colaborativa e articulada, especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação dos valores naturais territoriais presentes.

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I.P.), enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade, tem como missão assegurar o cumprimento das obrigações internacionais e nacionais nos domínios da conservação da natureza e da biodiversidade e o modelo de cogestão das áreas protegidas não altera estas competências.

2.2. Constituição da comissão de cogestão

A Comissão de Cogestão da RNB foi formalizada pelo Despacho n.º 4430/2021, de 30 de abril, do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Secretário de Estado da Conservação da

Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território. Esta Comissão tem a seguinte constituição:

- a) O Presidente da Câmara Municipal de Peniche, que preside à Comissão de Cogestão;
- b) O Diretor Regional da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo Chefe de Divisão de Cogestão de Áreas Protegidas de Lisboa e Vale do Tejo;
- c) Representante do Instituto Politécnico de Leiria;
- d) Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- e) Representante da Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar de Peniche.

2.3. Passos relevantes a destacar

A 31 de julho de 2020, o Município de Peniche solicitou ao ICNF a adoção do modelo de cogestão, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, tendo igualmente, nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 7.º do mesmo decreto-lei, designado o presidente da Câmara Municipal de Peniche para presidir à comissão de cogestão.

A 10 de setembro de 2020, foi assinado o protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, e a Câmara Municipal de Peniche, que regula os termos da colaboração técnica e financeira entre as três entidades, garantindo o apoio técnico e operacional dedicado em exclusividade à promoção, desenvolvimento e execução do modelo de cogestão da Reserva Natural das Berlengas, previsto no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

A 12 de novembro de 2020 foi formalizado o contrato com o técnico para a execução do modelo de cogestão para a Reserva Natural das Berlengas.

2.4. Missão, Visão e Valores

Missão:

Promoção, valorização e divulgação da Reserva Natural das Berlengas, garantindo a qualidade da comunicação, sensibilização e visitação, num quadro de sustentabilidade e salvaguarda da biodiversidade.

Visão:

A Reserva Natural das Berlengas como um exemplo de boas práticas para a conservação e o uso responsável da natureza, que inspire a procura de soluções participadas, cientificamente informadas e inovadoras para a gestão da biodiversidade marinha e terrestre e contribua para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável, no presente e no futuro.

Valores:

Cooperação, responsabilidade, sustentabilidade, eficiência, transparência, valorização, partilha, participação.

2.5. Compromissos estratégicos a assumir pela comissão de cogestão

A implementação do modelo de cogestão na Reserva Natural das Berlengas requer conceber e dinamizar uma estratégia adequada e ajustada à situação atual da área protegida. O Plano de Cogestão é o instrumento que irá concretizar essa estratégia.

Assim, considerando o diagnóstico prospetivo efetuado para a área protegida (ponto 4. deste documento), que permitiu identificar as áreas-chave a desenvolver prioritariamente e conhecer as principais questões identificadas pelos atores-chave da área protegida (ponto 5. deste documento), a Comissão de Cogestão estruturou o plano de cogestão sob os eixos de atuação indicados na Tabela I:

Tabela I – Eixos de atuação do Plano de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas

1. Promoção de boas práticas ambientais e valorização de produtos e serviços
2. Sensibilização, promoção e divulgação do património
3. Promoção de uma visita adequada à Área Protegida
4. Contribuição para a Conservação da Natureza e Biodiversidade

Embora extravasando o âmbito da cogestão, tendo presente que a valorização da Reserva Natural das Berlengas assenta, em primeiro lugar, na preservação dos seus valores naturais, a Comissão de Cogestão entendeu pertinente incorporar um eixo especificamente dedicado à Conservação da Natureza e Biodiversidade da área protegida (Eixo 4., Tabela I).

3. Caracterização da área protegida*3.1. Localização*

A Reserva Natural das Berlengas abrange o Arquipélago das Berlengas, a noroeste do Cabo Carvoeiro (Peniche) e integra-se no município de Peniche, na zona oeste de Portugal continental (figura 1 e 2).



Figura 1 – Arquipélago das Berlengas

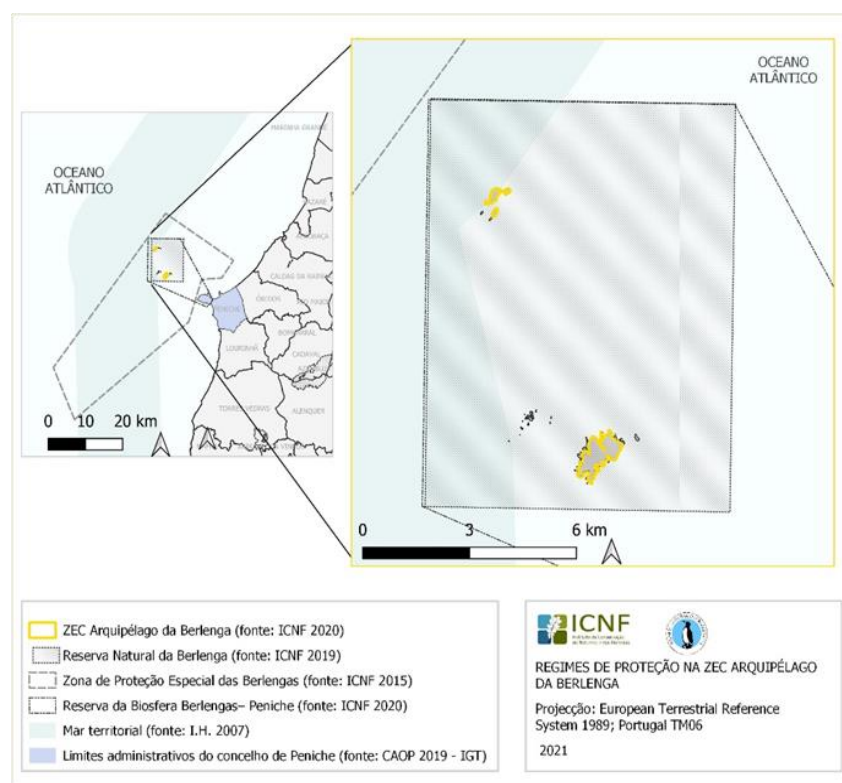


Figura 2 - Localização da Reserva Natural das Berlengas e estatutos de proteção

A reserva tem uma área terrestre aproximada de 99 ha e uma área marinha de 9442 ha. De acordo com os sistemas de projeção Universal Transversa Mercator (UTM) elipsóide WGS84 e DATUM WGS84 os seus limites são os seguintes:

- Limite Norte: 39º 30' 05''

- Limite Sul: 39º 24' 05''
- Limite Oeste: 9º 34' 02''
- Limite Este: 9º 28' 02''

3.2. Classificação

- ✓ A Reserva Natural das Berlengas (RNB) foi classificada através do Decreto-Lei nº 264/81, de 3 de setembro e reclassificada pelo Decreto Regulamentar nº. 30/98, de 23 de dezembro, alterado pelo Decreto Regulamentar nº. 32/99, de 20 de dezembro.
- ✓ Integra a Zona de Proteção Especial das Ilhas Berlengas, criada pelo Decreto-Lei nº384-B/99, de 23 de setembro com a sua atual redação e cujos limites foram alterados pelo Decreto-Lei nº 105/2012, de 17 de maio.
- ✓ Inclui o sítio do Arquipélago das Berlengas (PTCON0006) na Lista Nacional de Sítios através da Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de agosto.
- ✓ Foi reconhecida como Sítio de Importância Comunitária (SIC) através da Decisão da Comissão n.º 2006/613/CE, de 19 de julho, que adota, nos termos da Diretiva 92/43/CEE, do Conselho, a lista dos Sítios de Importância Comunitária da região biogeográfica mediterrânica, publicitada em Portugal pela Portaria n.º 829/2007, de 1 de agosto, publicitada em Portugal pela Portaria nº 829/2007, de 1 de agosto.
- ✓ Foi classificada como zona especial de conservação (ZEC) do sítio de importância comunitária (SIC) PTCON0006 Arquipélago da Berlenga através do Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março
- ✓ É parte integrante da Reserva da Biosfera das Berlengas, criada em 2011, integrando a rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO. A área protegida, dá nome à Reserva da Biosfera, e integra a zona núcleo e parte da zona de transição da Reserva da Biosfera.

3.3. Caracterização

A Reserva Natural das Berlengas é constituída por três grupos de ilhéus que formam o arquipélago das Berlengas: Berlenga, Estelas e Farilhões, e por uma vasta área marinha envolvente (figura 1,2). Apenas a Berlenga Grande pode ser visitada e a capacidade de carga humana é de 550 pessoas em simultâneo (Portaria n.º 355/2019, de 22 de maio). É condição de acesso à área terrestre da ilha da Berlenga o registo prévio em plataforma eletrónica e o pagamento de taxa previstos nas portarias n.º 30/2021 de 10 de fevereiro e n.º 19/2022 ambas de 5 de janeiro.

Servidões Administrativas (ilustradas na Figura 3)

Outras restrições

Na Reserva Natural das Berlengas encontram-se referenciados sítios arqueológicos protegidos pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural.

Geologia

No arquipélago das Berlengas ocorrem rochas magmáticas (granitos vermelhos bastante deformados na Berlenga e Estelas) e rochas metamórficas (gnaisses e xistos nos Farilhões). Pensa-se que as rochas graníticas se terão formado há cerca de 280 milhões de anos, durante a formação de uma importante cadeia de montanhas – a Cadeia Varisca – que, no Paleozoico, se estendia desde os atuais Apalaches até aos Urais. Um aspeto a salientar é a deformação destas rochas causada pela interação de algumas falhas tectónicas, que originou as famosas grutas e outras cavidades naturais que hoje constituem polo de atração turística. Situadas num contexto complexo relativamente às grandes unidades geo-estruturais peninsulares, as rochas do arquipélago apresentam intensa deformação.



Figura 4 – Granitos vermelhos característicos das Berlengas

Clima

O clima tem características marcadamente oceânicas, dominado por influências atlânticas, em especial nas encostas viradas a norte e a noroeste, onde se fazem sentir ventos muito fortes. Também se nota uma forte componente mediterrânica, mais visível nas encostas voltadas a sul e

sueste. Caracteriza-se por ocorrerem intensas chuvas no inverno, alternando com períodos de aridez, entre a primavera e o outono.

Habitats

Dos habitats presentes na área do arquipélago, merecem especial distinção os recifes de origem rochosa, bem como as grutas marinhas submersas ou semi-submersas, onde vivem comunidades vegetais e animais diversas.

Os recifes rochosos subtidais apresentam uma cobertura algal considerável, composta por diversas espécies de algas castanhas, verdes e vermelhas. Abaixo dos 30 metros, estas dão lugar essencialmente a corais moles (gorgónias) hidrozoários e briozoários de várias espécies, sendo estes a essência de habitats complexos onde habitam outros grupos de organismos como moluscos, crustáceos, tunicados e peixes.

As falésias costeiras expostas aos fortes ventos marítimos possibilitam a existência de vegetação de fendas mais ou menos terrosas, própria de rochedos graníticos litorais (falésias com vegetação das costas atlânticas e bálticas), bem como a existência de vegetação anual primaveril.

Flora

Flora terrestre

A quase ausência de espécies arbóreas explica-se pela dificuldade de instalação, devido à falta de solo e aos ventos fortes carregados de sal. O arquipélago das Berlengas tem inventariadas mais de uma centena de espécies de porte herbáceo e arbustivo, algumas das quais ocorrem exclusivamente naquele território (espécies endémicas), nomeadamente *Armeria berlangensis*, *Pulicaria microcephala* e *Herniaria berlangiana*.

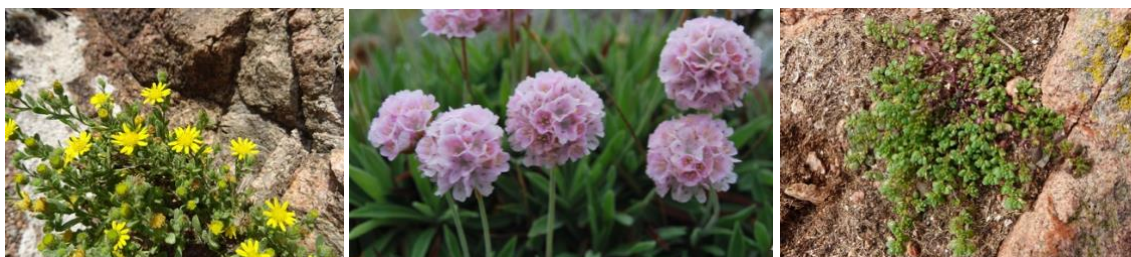


Figura 5 - (a) *Pulicaria microcephala*; (b) *Armeria berlangensis*; (c) *Herniaria berlangiana*

A antiguidade e isolamento da ilha bem como as particularidades do substrato rochoso, originaram aqueles endemismos. Ocorrem ainda duas espécies endémicas do litoral ibérico, *Echium rosulatum* e *Scrophularia sublyrata* e uma espécie endémica do litoral galego e português, *Angelica pachycarpa*. A sobrevivência das comunidades vegetais da ilha pode ser afetada pela introdução acidental de espécies vegetais invasoras e de outras já ali introduzidas (caso do chorão, *Carpobrotus edulis*) e ainda por pisoteio provocado por visitantes.

Flora marinha

A elevada produtividade e hidrodinamismo das águas em redor do arquipélago das Berlengas promovem o crescimento algal, particularmente nos primeiros metros de água e na superfície das rochas. Esta comunidade constitui-se sobretudo por *Codium* spp., *Ulva* spp., *Carpomitra costata*, *Dictyota* spp. e *Padina* sp. (algas verdes), Sargassos, laminárias de pequeno porte e Cistoseiras (algas castanhas) e ainda *Mesophyllum* e *Litophyllum*, *Jania rubens*, *Sphaerococcus coronopifolius*, *Plocamium cartilagineum*, *Ellisolandia elongata* e *Asparagopsis armata* - esta última exótica, extremamente abundante e dominante em grande parte das zonas subtidais - (algas vermelhas).



Figura 6 - Cistoseira sp.



Figura 7 - *Asparagopsis armata*

Fauna

Aves

O arquipélago é importante escala nas rotas migratórias de várias espécies de aves, e apresenta importantes populações de aves marinhas nidificantes: cagarra *Calonectris borealis*, galheta *Gulosus aristotelis*, a gaivota-de-patas-amarelas *Larus michaellis*, a gaivota-de-asa-escura *Larus fuscus* e o roque-de-castro *Hydrobates castro*. O arquipélago constitui o limite norte da distribuição do roque-de-castro. Destaca-se ainda por ser o único local na área continental europeia onde nidificam o roque-de-castro e a população atlântica de cagarra.

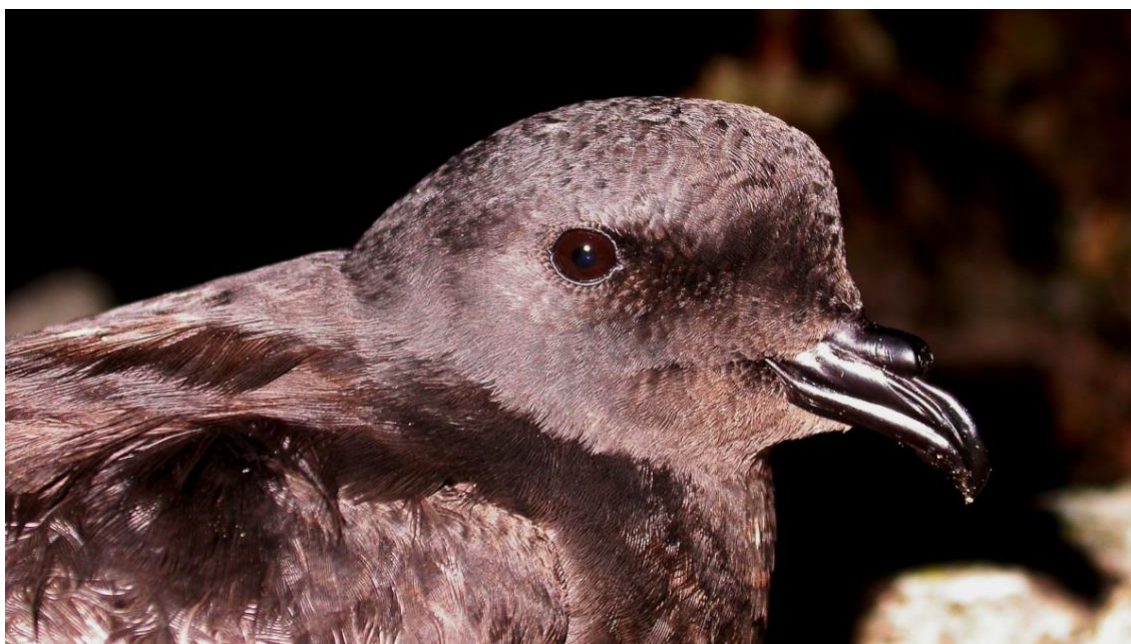


Figura 8 - Roque-de-castro, *Hydrobates castro*

Como resultado da remoção de roedores da ilha da Berlenga concretizada pelo projeto LIFE Berlingas (<http://berlingas.eu/>), o roque-de-castro *Hydrobates castro*, além de nidificar nos Farilhões, em 2018 começou a reproduzir-se também na ilha da Berlenga.

Desde 2002 que não há registo de nidificação de airo *Uria aalge* na outrora numerosa colónia da ilha Berlenga, estando o airo considerado como Regionalmente Extinto (RE) enquanto reprodutor.

Reproduzem-se também na ilha da Berlenga o rabirruivo *Phoenicurus ochrurus* e o falcão-peregrino *Falco peregrinus*. O andorinhão-pálido *Apus pallidus* nidifica em cavidades nas rochas, nos ilhéus das Estelas.

Répteis

No arquipélago das Berlengas ocorre atualmente apenas uma espécie de réptil, a lagartixa de Carbonell *Podarcis carbonelli berlenguensis*, subespécie endémica e bastante abundante. O sardão, ou lagarto-ocelado *Timon lepidus*, em tempos presente na ilha, encontra-se aparentemente extinto no arquipélago.

Mamíferos terrestres

A presença de mamíferos terrestres, historicamente introduzidos e considerados espécies invasoras, restringiu-se à ilha da Berlenga onde coabitaram duas espécies: o coelho-bravo *Oryctolagus cuniculus* e o rato-preto *Rattus rattus*.

O coelho contribuiu para a destruição de vegetação nativa e competiu com as cagaras *Calonectris borealis* pela ocupação de tocas, impactando negativamente a reprodução desta ave marinha. O rato-preto, voraz consumidor da vegetação nativa da ilha, foi também responsável

pela predação de crias e ovos de aves marinhas. No âmbito do projeto LIFE Berlengas que decorreu entre junho 2014 e junho 2019, e que visou entre outros objetivos recuperar os habitats terrestres, foram removidas as duas espécies de mamíferos introduzidos.

Fauna marinha

O arquipélago das Berlengas situa-se ao largo de Peniche, a sul do canhão submarino da Nazaré, no limite da plataforma continental e numa região marítima conhecida pela sua produtividade biológica relativamente elevada.

Trata-se de uma zona de confluência de faunas de origens diversas, apresentando espécies próprias da orla litoral e outras oriundas do mar alto e que, com menor frequência, chegam à costa continental.

Por outro lado, as correntes marítimas ascendentes, com origem em águas profundas, contribuem para a elevada produtividade das águas e para o desenvolvimento de uma fauna aquática rica que inclui uma grande variedade de invertebrados como corais (gorgónias), briozoários, hidrozoários e antozoários, moluscos cefalópodes (choco e polvo), artrópodes crustáceos (santola, lagosta e lavagante) e ainda populações com evidente interesse comercial como o percebe *Pollicipes pollicipes*, o robalo *Dicentrarchus labrax*, os sargos *Diplodus* spp., o pargo *Pagrus pagrus*, a dourada *Sparus aurata*, a cavala *Scomber colias* e a sardinha *Sardina pilchardus*.



Figura 9 – Percebes, *Pollicipes pollicipes*

Destaque ainda para a presença frequente de diversas espécies de mamíferos marinhos, maioritariamente incluídos na Ordem Cetaceae, nomeadamente o golfinho-comum *Delphinus delphis*, o roaz-corvineiro *Tursiops truncatus*, o bôto *Phocoena phocoena*, o golfinho-riscado *Stenella coeruleoalba*, a baleia-anã *Balaenoptera acutorostrata* e o zífio *Ziphius cavirostris*.



Figura 10 – Golfinho comum, *Delphinus delphis*

3.4. Situação demográfica

O território não tem população residente, havendo apenas ocupação sazonal. Junto ao Carreiro do Mosteiro, foi erigido em meados do século passado um conjunto de abrigos de pesca que serve a reduzida comunidade piscatória, para pernoita ocasional, com maior regularidade durante os meses de verão. Nesses meses, existe bastante afluxo turístico, sendo reforçada a presença de funcionários autárquicos e prestadores de serviços, e havendo a possibilidade de pernoita no alojamento local afeto ao restaurante, ou no Forte de São João Baptista, exclusivamente para os sócios da Associação dos Amigos da Berlenga.



Figura 11 – Forte de São João Baptista

Para além destas edificações, existe ainda o Farol da Ilha da Berlenga, também designado Farol Duque de Bragança – em funcionamento desde 1842. Os faroleiros, bem como os Vigilantes da Natureza afetos à Ilha, também não são residentes, trabalham com regime de rotatividade semanal.



Figura 12 – Farol da Berlenga

3.5. Património cultural

Registando um longo historial de presença humana, a Ilha da Berlenga apresenta, para além do seu inestimável património natural e geológico, um valioso património histórico, demonstrativo da importância deste território insular na história das navegações. Durante o período pré-histórico, e em particular durante o Paleolítico Superior, este território estaria ligado ao continente, sendo as suas cavidades naturais utilizadas como abrigo.

Pela sua localização estratégica no enfiamento da importante rota atlântica, as suas águas foram fundeadas por embarcações de várias épocas, cuja memória foi perpetuada pelos achados subaquáticos recuperados, destacando-se âncoras em pedra da época fenício-púnica, cepos de âncora em chumbo e ânforas de época romana, ou peças de artilharia de época moderna. Destaca-se com particular relevância o período romano, durante o qual o território insular parece ter funcionado como ponto de paragem obrigatório para as embarcações comerciais romanas que cruzavam a atual costa portuguesa ligando o Mediterrâneo e o Norte da Europa. Este facto parece ser demonstrado pela identificação e recuperação demais de uma vintena de cepos de âncora em chumbo e de várias ânforas de produção romanas, testemunhos cuja assinalável quantidade atesta a extraordinária importância deste fundeadouro.

A ocupação humana deste território terá continuado durante o período medieval, como parecem comprovar a identificação de materiais arqueológicos de horizonte islâmico. Após a fundação da nacionalidade, a Ilha da Berlenga foi integrada no reino, embora só em 1433, no reinado de D. Duarte, se conheça a primeira menção à administração deste território insular, aquando da confirmação da doação deste reguengo ao Infante D. Fernando.

Em 1512, por ordem de D. Manuel inicia-se a construção na Ilha da Berlenga, no local do atual Bairro dos Pescadores, de um Mosteiro da ordem jerónima consagrado a Nossa Senhora da Misericórdia. Dois anos mais tarde, em 1514, instalam-se os primeiros monges, os quais se encontravam incumbidos de prestar a necessária assistência religiosa às tripulações das embarcações que aportavam a esta ilha, tendo aí residido durante cerca de 30 anos. A localização estratégica desta ilha e a sua frequente utilização como base de apoio a piratas e corsários, leva à construção do Forte de S. João Baptista. Concluída em 1656, esta fortificação viveu em Junho de 1666 o episódio bélico mais célebre da sua história, ao ser sitiada por uma esquadra espanhola, composta por catorze naus e uma caravela, comandada por D. Diogo Ibarra. Defendida, à altura, por uma pequena guarnição, inferior a vinte homens, e contando com apenas nove peças de artilharia, a fortificação liderada pelo cabo Avelar Pessoa, terá conseguido resistir durante dois dias ao bombardeamento inimigo.

O farol da Berlenga, ponto de referência na ilha, não só para a navegação, mas também para quem a visita, começou por constar do alvará pombalino de 1 de fevereiro de 1758, que o mandava edificar. A verdade é que o farol da Berlenga não viria a ser concretizado ao abrigo deste alvará. Uma Portaria do Ministério da Fazenda de 12 de dezembro de 1836, determina a construção, entre outros, do farol da ilha da Berlenga, encarregando também o engenheiro Gaudêncio Fontana dessas novas construções e na melhoria dos faróis existentes. O farol entrou em funcionamento em 1842. O farol e residências passaram a funcionar a energia solar a partir de 2000. O Prémio Defesa Nacional e Ambiente, que tem como objetivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas, foi atribuído à Direção de Faróis em 2001, pela candidatura apresentada pela Marinha portuguesa, “Energia Solar no Farol das Berlengas”.

Em 2009 foi retirado o moderno farol rotativo de alto rendimento (TRB-400) e substituído por duas óticas de Leds. O farol está a uma altitude de 121m.

Durante os finais do séc. XIX e início do século XX, instalam-se na Berlenga algumas famílias de pescadores que sazonalmente ou em permanência fizeram desta ilha base de apoio às armações "à valenciana" instaladas nas águas limítrofes. Para melhor acondicionar estes pescadores inicia-se em 1941, por iniciativa do Comandante António de Andrade e Silva, à época Capitão do Porto de Peniche, a construção no Carreiro do Mosteiro do chamado Bairro dos Pescadores.

A este complexo habitacional, composto por 16 pequenas casas, juntar-se-iam em 1952, um edifício para restaurante, e no início da década de oitenta, um espaço de campismo.

Em 1952, o Forte de S. João Baptista é alvo de obras de recuperação, desenvolvidas pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que permitiram a instalação neste imóvel de uma

pousada e de um restaurante, entretanto desativados nos anos 70 do séc. XX. Em 1938, é classificado como Monumento Nacional (Decreto nº 28536 de 22 de Março).



Figura 13 – Bairro dos Pescadores

3.6. Arqueologia

Na ilha da Berlenga foram identificados os seguintes sítios arqueológicos:

- Sítio do Cemitério – Localizado na zona Sudeste da ilha, junto às Cisternas, tratar-se-á, provavelmente, conforme o topónimo indicia, de um sítio de índole funerária, de cronologia moderna/contemporânea, associável ao uso militar do Forte de S. João Baptista.
- Figueiras – No sítio das Figueiras, localizado na face Sudeste da ilha, a Nordeste do Carreiro do Mosteiro, existem vestígios de uma estrutura tipo "plataforma", composta por blocos graníticos aparelhados. Trata-se de um elemento do "aquartelamento" da Ilha Berlenga, construído provavelmente em 1812, que surge referenciado na cartografia da época como bateria baixa à barbeta, correspondente a uma plataforma a partir da qual a artilharia disparava sobre o parapeito.
- Fundeadouro da Berlenga – As águas do fundeadouro da Berlenga foram, entre 2001 e 2004, alvo de um projeto de investigação arqueológico. O estudo dos materiais da época romana recolhidos durante esta missão permitiu a identificação de uma ânfora produzida

em larga escala entre meados do séc. I a. C. e meados do séc. I d. C., utilizada para o transporte de vinho, um dos principais produtos transacionados à escala do império romano. A análise das pastas cerâmicas identificadas permite afirmar que estes contentores terão sido fabricados na Bética (Sul de Espanha) tendo transportado vinho produzido na atual Andaluzia, e destinar-se-ia às colónias romanas do norte da Europa.

- Sítio do Moinho – Os trabalhos arqueológicos permitiram identificar um edifício de forma aparentemente quadrangular, correspondente possivelmente a um posto de vigia e controle de tráfego marítimo, a um farol ou a uma estrutura de habitação, da época romana.

4. Diagnóstico prospetivo da área protegida

Para caraterizar a Reserva Natural das Berlengas e identificar potenciais áreas de intervenção fez-se um diagnóstico prospetivo recorrendo a uma análise *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*. Em português: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Esta análise foi uma ferramenta útil na definição da estratégia adotada, contribuindo para uma definição mais concreta e eficaz dos objetivos a alcançar. Foi desenvolvida recorrendo ao conhecimento existente da realidade da AP por parte das entidades da Comissão de Cogestão, mas também ao inquérito realizado aos atores locais.

Tabela II: Análise SWOT à Reserva Natural das Berlengas

FORÇAS
1. Reserva Natural das Berlengas insere-se na área da Reserva da Biosfera das Berlengas da UNESCO
2. Existência histórica de trabalhos e atividades envolvendo as entidades da Comissão de Cogestão e os atores locais
3. Beleza cénica
4. Presença de endemismos florísticos
5. A Reserva Natural das Berlengas funciona como santuário de aves marinhas
6. Existência de área marinha com elevada biodiversidade
7. Existência de Controlo de Capacidade de Carga Humana (CCH) na ilha da Berlenga
8. Presença de património geológico, arquitetónico e cultural relevante
9. Disponibilidade dos agentes económicos locais para participar na gestão da área protegida
10. Existência de um plano de biossegurança

FRAQUEZAS
1. Sazonalidade de visitação muito marcada, tornando difícil o equilíbrio e dimensionamento de estruturas de apoio à visitação
2. Estado degradado de algumas infraestruturas de visitação e acolhimento
3. Baixa literacia ambiental da maioria dos atores locais
4. Conhecimento insuficiente acerca dos habitats marinhos
5. Gestão ineficiente de resíduos e saneamento básico

6. Pouca área disponível para acolhimento de visitantes

OPORTUNIDADES

- | |
|---|
| 1. Existência da Comissão de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas |
| 2. Existência do Comité de Cogestão para a apanha do Percebe da Reserva Natural das Berlengas |
| 3. Presença de uma instituição de ensino superior na região |
| 4. Valorização da pequena pesca sustentável (Projeto Anzol+) |
| 5. Possibilidade de certificação de produtos e serviços com origem na Reserva Natural das Berlengas |

AMEAÇAS

- | |
|---|
| 1. Incumprimento da Capacidade de Carga Humana |
| 2. Exploração ilegal dos recursos marinhos |
| 3. Limitações da vigilância e fiscalização |
| 4. Custos acrescidos nas diversas operações inerentes ao carácter insular da Área Protegida |
| 5. Eventual proliferação e reintrodução de espécies exóticas/invasoras |
| 6. Alterações no ecossistema inerentes às alterações climáticas |

4.1. Aspetos considerados críticos para o território

A área protegida insere-se num contexto muito particular, especialmente pelo seu carácter insular, mas também fruto da sazonalidade da visita turística.

Caracteriza-se por uma elevada riqueza biológica, cuja preservação deve ser mantida, e melhorada sempre que necessário. Neste contexto, importa manter o controlo de espécies invasoras em terra, e estender este controlo aos habitats subaquáticos. Importa igualmente conhecer o impacto da pesca comercial que ali ocorre procurando promover soluções mais sustentáveis.

Deverá existir uma articulação e integração destes aspetos no processo educativo formal e informal, visando um público alargado e heterogéneo, e simultaneamente, ser sustentados por um programa de comunicação e disseminação estruturado e eficiente, garantindo um elevado alcance.

Paralelamente, ressalta a necessidade de sensibilizar os visitantes para a adoção de boas práticas ambientais. A este aspeto acresce também a necessidade de proporcionar uma melhor experiência da área protegida, tanto para visitantes como para prestadores de serviços. Tal passa, por exemplo, por melhorar o processamento dos efluentes e resíduos sólidos urbanos, manter em bom estado de conservação as estruturas de visita existentes e implementar novas quando necessário.

4.2. Aspetos a ser trabalhados no território

Existem diversos aspetos que consideramos deverem ser alvo de um trabalho dedicado. Alguns estão abrangidos no âmbito específico da cogestão, e outros, mesmo não estando diretamente,

a Comissão poderá dar apoio, de alguma forma, na sua elaboração/concretização. São eles os seguintes:

- Aumentar as ações de promoção e divulgação da Área Protegida, garantido qualidade, coerência e rigor de conteúdos
- Realizar um estudo sobre a área marinha protegida, que permita fazer o rastreamento dos ecossistemas marinhos e das espécies presentes, melhorando o conhecimento existente e as medidas de gestão e conservação;
- Aumentar a promoção de projetos educativos que integrem e promovam o tema da área protegida;
- Contribuir para a melhoria da literacia sobre a área protegida nos operadores turísticos, seus colaboradores e outros prestadores de serviços na Reserva Natural das Berlengas;
- Promover a melhoria das infraestruturas de receção e apoio aos visitantes;
- Assegurar que a área se mantém livre de predadores não nativos

4.3. Posicionamento estratégico

A posição estratégica da Reserva Natural das Berlengas assenta na análise SWOT (Tabela II) desenvolvida, que reflete, de uma forma simbólica, a realidade conjuntural da Área Protegida. Esta análise é incontornável para a formulação estratégica do plano a implementar, consubstanciado por este Plano de Cogestão. Esta estratégia assenta nos Eixos de atuação referidos no ponto 2.5., e pretende alcançar os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção do património biológico, geológico e cultural
- Apoiar a realização de projetos científicos, de conservação da natureza e ligados ao património cultural;
- Consolidar e fomentar a participação dos atores chave e/ou população local nos mecanismos de planeamento e nos órgãos de decisão;
- Promover a divulgação da AP como experiência “ímpar” de valor cénico, espiritual, cultural, natural, etc., de valor incalculável;
- Garantir articulação da AP com a Reserva da Biosfera da UNESCO;
- Promover e garantir que a Reserva Natural das Berlengas seja um destino turístico de qualidade

4.4. Estratégia consensualizada para o território

A estratégia definida para este território, assente nos eixos estratégicos identificados no ponto 2.5. deste documento, dá continuidade à estratégia de envolvimento de parceiros e de colaboração entre entidades, agentes económicos, e outros atores locais relevantes, e que vem sendo trabalhada nesta área protegida desde há mais de uma década. Esse envolvimento consubstanciou-se em diversos projetos e iniciativas que decorreram ou ainda estão em curso na área protegida e que integram Entidades Públicas, Instituições Académicas e Centros de Investigação, Organizações Não Governamentais, grupos de agentes económicos e outros atores

locais (ver anexo), destacando-se a candidatura a Reserva da Biosfera; os projetos LIFE Berlengas, Anzol+, Copesca2, MedAves Pesca e, mais recentemente, a criação do primeiro comité de cogestão de uma pescaria em Portugal - o Comité de Cogestão da Apanha de Percebe *Pollicipes pollicipes* na Reserva Natural das Berlengas.

Assim, a Comissão de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas assume ainda os seguintes compromissos:

- Comunicação da identidade da Reserva Natural das Berlengas através de atividades que promovam o envolvimento dos atores chave e restante sociedade civil, particularmente através da elaboração de materiais de divulgação e promoção.
- Sensibilização e capacitação através de atividades e iniciativas que permitam conhecer o capital natural e cultural da área protegida, nomeadamente através de ações de formação dirigidas aos atores chave, alinhadas com as atividades socioeconómicas e valores de conservação da natureza, promovendo um uso sustentável da área protegida.
- Fomento e promoção de parcerias estratégicas e de iniciativas participativas com os atores locais que visem promover e valorizar o território por via de ações que criem e promovam infraestruturas de apoio à visitação, proporcionando experiências de qualidade aos visitantes e restantes utilizadores da área protegida.

5. Auscultação e envolvimento de atores chave

5.1. Atores chave

Os atores chave identificados para a Reserva Natural das Berlengas estão listados no anexo I e dividem-se nas seguintes áreas de atividade/intervenção:

1. Turismo de natureza/transporte de passageiros
2. Pesca e mariscagem
3. Hotelaria e restauração
4. Comunidade académica, científica e educativa
5. Administração central ou local, forças de autoridade e/ou de segurança
6. Organizações Não Governamentais (ONGs)

5.2. Processo de auscultação

A Reserva Natural das Berlengas detém um longo histórico de relacionamento ativo de proximidade e envolvimento dos atores locais na sua gestão (sessões participativas, reuniões, inquéritos, workshops, consultas públicas, parcerias, etc.). Tanto por força da sua integração nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT's), como por via de reuniões diversas dos seus órgãos de gestão, na gestão mais corrente da área protegida envolvendo vários atores locais, ou ainda de projetos científicos desenvolvidos no seu território. Apresenta-se no anexo II uma lista muito resumida ilustrativa desse histórico.

Após a implementação do modelo de Cogestão, houve algumas reuniões informais telemáticas e presenciais com os atores locais e, mais recentemente, a realização de um inquérito aos atores locais realizado online.

5.3. Resultado da auscultação pública no âmbito da cogestão

No âmbito da cogestão, realizou-se uma auscultação pública com o objetivo conhecer a perspetiva dos atores locais sobre alguns aspetos que caracterizam a área protegida, tendo-se realizado um inquérito *online* entre 08/03/2022 e 08/04/2022, com questões enquadradas nos seguintes pontos chave:

- Caracterização do território e identificação de constrangimentos/potencialidades na gestão da área protegida na perspetiva dos atores locais
- Identificação de prioridades/necessidades do território pelos atores locais e de potenciais áreas de atuação conjunta
- Identificação de propostas de projetos/ações prioritários pelos atores locais na valorização da área protegida

Num universo de 56 participações, o setor “comunidade académica, científica, educativa” foi o mais participativo, seguido do setor da “pesca e mariscagem”, e do “turismo de natureza/transportes” (figura 3).

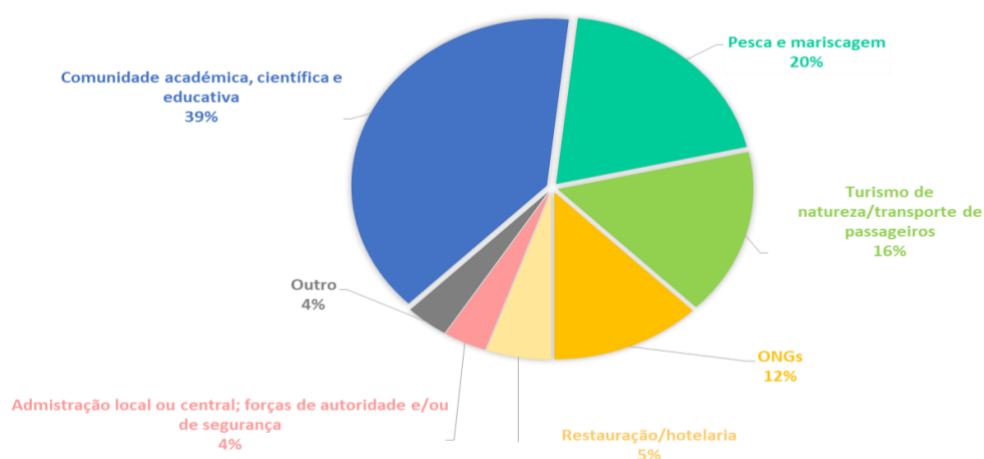


Figura 14 – Percentagem de participação dos atores locais por setor, no inquérito online

Aspetos relacionados com o saneamento, a capacidade de carga humana e a comunicação foram assinalados como sendo as principais limitações ou constrangimentos na Reserva Natural das BerleNGas (figura 15).

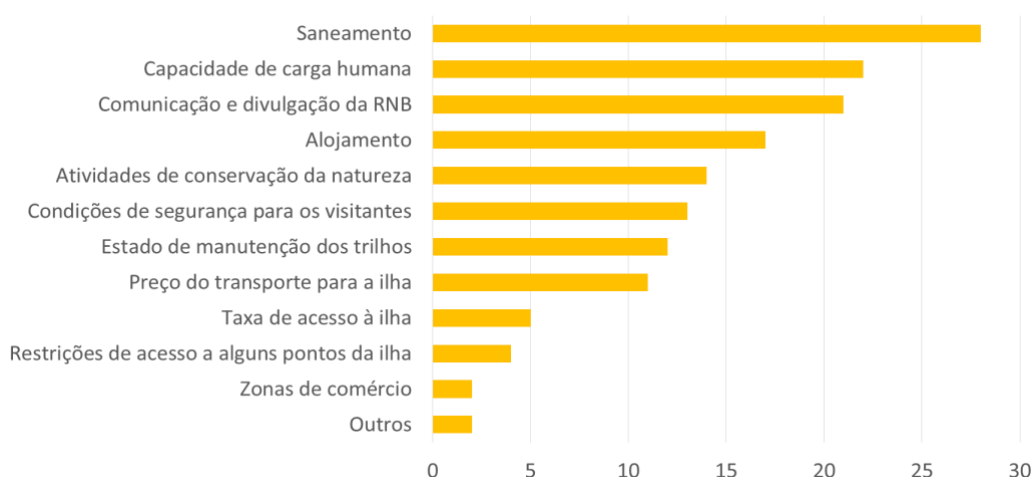


Figura 15 – Limitações e constrangimentos na área protegida identificados pelos atores locais no inquérito online.

Por outro lado, foram identificados como mais valias os seguintes aspetos (por ordem de importância): a beleza da paisagem, o estatuto de área protegida, o património biológico, a presença de espécies endémicas e o património geológico (figura 16).

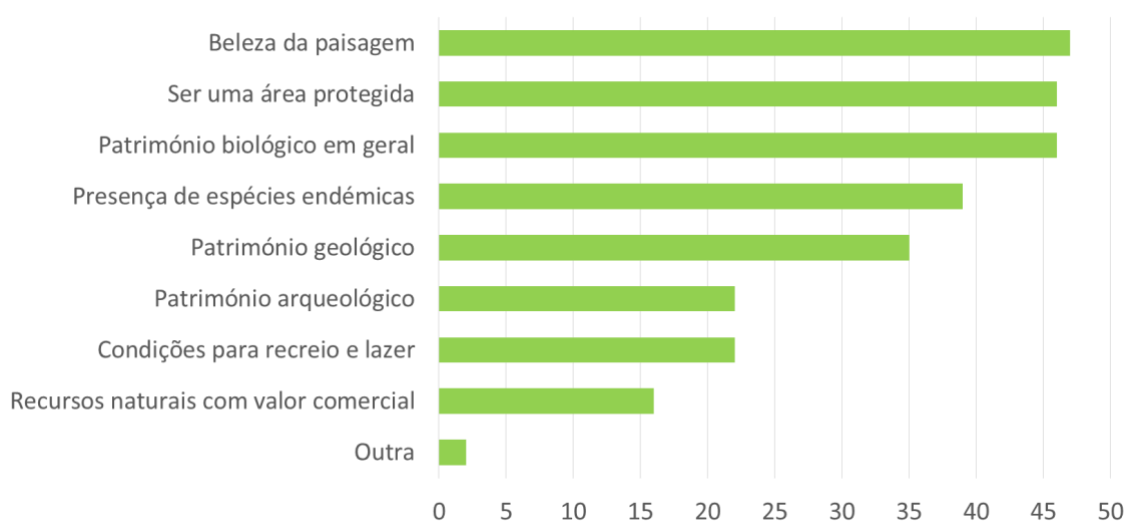


Figura 16 – Limitações e Potencialidades da área protegida identificadas pelos atores locais no inquérito online

De forma generalizada, os atores locais identificaram os projetos ligados à conservação da natureza e as atividades associadas à gestão da reserva como os projetos prioritários para a Reserva Natural das Berlengas. Os projetos de divulgação da reserva e de apoio aos agentes económicos foram os considerados menos prioritários (figura 17).

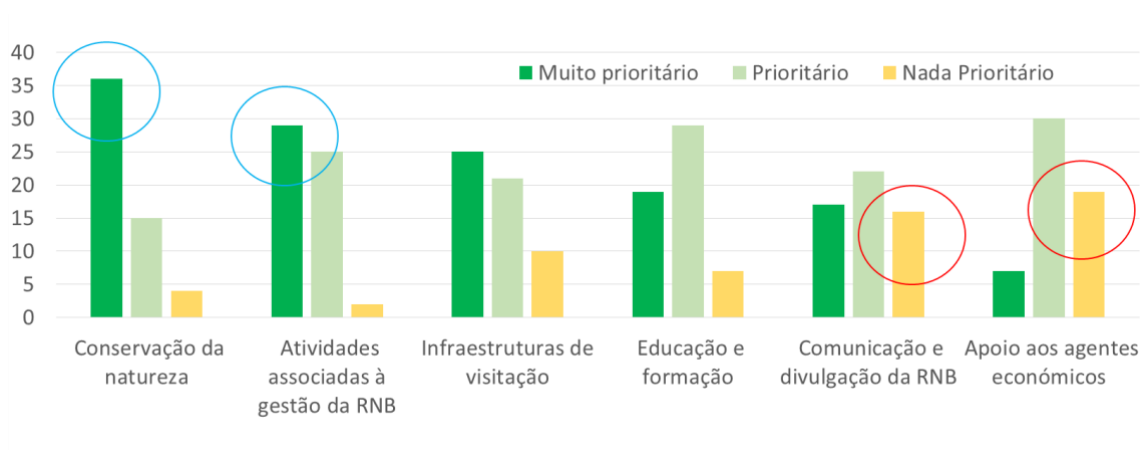


Figura 17 - Projetos prioritários para a área protegida identificados pelos atores locais no inquérito online.

De referir ainda que apenas os participantes dos setores da restauração e hotelaria e operadores turísticos (turismo de natureza/transporte de passageiros) consideraram como prioritários os projetos associados às infraestruturas de visitação, comunicação e educação (figura 18).

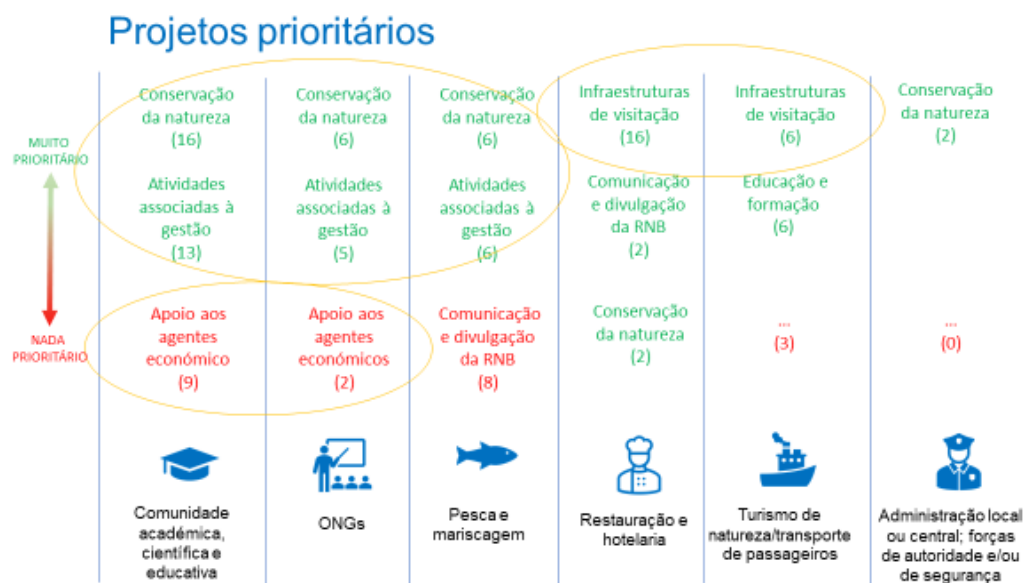


Figura 18 - Projetos prioritários para a área protegida identificados por setor dos atores locais no inquérito online

5.3.1. Principais conclusões a retirar do último processo de auscultação

A auscultação aos atores locais é sempre importante para a identificação e priorização dos projetos a desenvolver. Conclui-se deste processo de auscultação que, exceto no caso dos representantes dos operadores turísticos, todos os atores locais identificam a Reserva Natural das Berlengas como uma área com estatuto de proteção e onde se devem priorizar projetos associados à conservação da natureza.

A leitura destes resultados sugere a necessidade de manter, e eventualmente reforçar, as atuais medidas que visam minimizar os potenciais conflitos de interesse entre a exploração turística e a conservação da natureza na Reserva Natural das Berlengas.

6. Programa de medidas e ações prioritárias

No seguimento dos resultados do processo de auscultação realizada aos atores chave (ponto 5.3. deste documento), da análise SWOT efetuada (ponto 4. deste documento), dos aspetos considerados a ser trabalhados para o território (ponto 4.2 deste documento), e da estratégia delineada para os levar a cabo (ponto 4.4 deste documento), tendo por base os eixos de atuação definidos (ponto 2.5 deste documento), foram identificadas medidas e ações prioritárias para o território (Tabela III).

Tabela III: Ações a ser desenvolvidas, entidades responsáveis, orçamento, graus de prioridade e relação com indicador obrigatório

EIXO DE ATUAÇÃO	MEDIDAS	AÇÕES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	PARCEIRO(S)	INDICADORES	METAS ANUAIS			ORÇAMENTO				Abrangência geográfica	GRAU PRIORIDADE 1= muito prioritário 5 = nada prioritário	INDICADOR OBRIGATÓRIO
					UNIDADE	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total			
1. Promoção de boas práticas ambientais	1.1. Trabalhar em conjunto com os atores económicos	1.1.1. Abolição da venda de embalagens uso único na ilha	CCG	A definir	% redução	0%	50%	50%	0,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	2 000,00 €	Ilha da Berlenga	4	12,14
		1.1.2. Campanha "Leve o lixo para terra"	CMP	Agentes económicos locais e outros	Nº	1	1	1	0,00 €	3 500,00 €	0,00 €	3 500,00 €	Ilha da Berlenga e Peniche	3	12,14,15
	1.2. Sensibilização dos visitantes e população local	1.2.1. Limpezas costeiras e subaquáticas	CCG	ONGs e OMTs	Nº	1	1	1	1 500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €	4 500,00 €	Arquipélago das Berlengas e Peniche	3	14,15
		1.2.2. Ação de sensibilização sobre biossegurança	SPEA	ICNF	Nº	0	1	0	0,00 €	1 000,00 €	0,00 €	1 000,00 €	Ilha da Berlenga e Peniche	2	14,15
		1.2.3. Ação de sensibilização sobre boas práticas na ilha da Berlenga	CCG	ONGs e OMTs	Nº	0	1	0	0,00 €	1 000,00 €	0,00 €	1 000,00 €	Ilha da Berlenga e Peniche	1	14,15
2. Sensibilização, promoção e divulgação do património	2.1. Criar e divulgar regularmente conteúdos relativos ao património da AP	2.1.1. Criação de website e divulgação regular de conteúdos nas redes sociais	CCG	A definir	Nº	25	24	24	21 000,00 €	0,00 €	0,00 €	21 000,00 €	Online	2	3,12
		2.2.1. Evento "Dia da Reserva Natural das Berlengas"	CCG	A definir	Nº	1	1	1	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	6 000,00 €	Ilha da Berlenga e Peniche	1	3, 12,15
	2.2. Desenvolver ações de divulgação relativas ao património da AP	2.2.2. Realização de atividades no Mês do Mar que visem divulgar o património da AP	CCG	A definir	Nº	2	2	2	2 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	7 500,00 €	Ilha da Berlenga e Peniche	2	3,11,12,15
		2.2.3. Realização de exposições de fotografia (e outras) sobre a AP	CCG	A definir	Nº	1	1	1	5 000,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	15 000,00 €	Portugal	2	3,12,15
	2.3. Promover uma maior articulação com os atores locais na divulgação do património da AP	2.3.1. Criação do "Manual da Berlenga"	CCG	A definir	%	0%	50%	50%	0,00 €	10 000,00 €	0,00 €	10 000,00 €	Arquipélago das Berlengas e Peniche	2	1, 3, 11,12,16
	2.4. Promover iniciativas de participação pública no âmbito da gestão da AP	2.4.1. Apresentação pública de relatório anual de atividades	CCG	N/A	Nº	1	1	1	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 000,00 €	Peniche	1	16,17,18,19,20, 21
	2.5. Estimular a criação de projetos de inovação em valores naturais ou práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP	2.5.1. Criação "Prémio inovação Berlengas"	CCG	A definir	Nº	0	1	1	0,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	10 000,00 €	Portugal	2	11,12,13
		2.5.2. Criação de "selo" Berlengas que certifique origem/qualidade do produto e/ou serviço	CCG	A definir	% progresso	0%	50%	50%	0,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	20 000,00 €	Arquipélago das Berlengas e Peniche	2	11,12,13

PLANO DE COGESTÃO
RESERVA NATURAL DAS BERLENGAS



EIXO DE ATUAÇÃO	MEDIDAS	AÇÕES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	PARCEIRO(S)	INDICADORES	METAS ANUAIS			ORÇAMENTO				Abrangência geográfica	GRAU PRIORIDADE 1= muito prioritário 5 = nada prioritário	INDICADOR OBRIGATÓRIO
					UNIDADE	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total			
3. Promoção de uma visitação adequada à Área Protegida	3.1. Valorizar e melhorar as infraestruturas e equipamentos de apoio à visitação	3.1.1. Requalificação do sistema de saneamento	CMP	A definir	% progresso	33%	33%	33%	70 000,00 €	70 000,00 €	70 000,00 €	210 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	2
		3.1.2. Execução de estrutura de contenção da arriba da praia do Carreiro do Mosteiro	CMP	APA	% progresso	0%	100%	0%	0,00 €	2 000 000,00 €	0,00 €	2 000 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	2,4
		3.1.3. Requalificação do cais de embarque do Carreiro do Mosteiro	CMP	A definir	% progresso	33%	33%	33%	200 000,00 €	200 000,00 €	200 000,00 €	600 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	2,4
		3.1.4. Manutenção da plataforma eletrónica de acesso à ilha	ICNF	N/A	% progresso	33%	33%	33%	6 000,00 €	6 000,00 €	6 000,00 €	18 000,00 €	Online	1	6,7,8
		3.1.5. Criação do centro de receção de visitantes na Berlenga	CMP	A definir	% progresso	33%	33%	33%	200 000,00 €	200 000,00 €	200 000,00 €	600 000,00 €	Ilha da Berlenga e Peniche	2	1,2,3,5,6,7,8
		3.1.6. Levantamento anual do estado de estruturas visitação (mesas interpretativas, totens, sinalização, etc.)	ICNF	N/A	Nº	1	1	1	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Ilha da Berlenga	1	2,4,5
		3.1.7. Reabilitação do Forte de São João Batista e acessos	CMP	A definir	% progresso	0	25%	75%	0,00 €	100 000,00 €	400 000,00 €	500 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	2,4
		3.1.8. Reabilitação do cais de acesso ao Forte de São João Batista	CMP	A definir	% progresso	0	25%	75%	0,00 €	50 000,00 €	200 000,00 €	250 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	2
		3.1.9. Intervenção para a limitação e segurança dos trilhos	CMP/ICNF	A definir	% progresso	N/A	50%	50%	0,00 €	25 000,00 €	25 000,00 €	50 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	4
		3.1.10. Intervenção para a limitação e segurança da área das antigas cisternas	ICNF	CMP	Realizado	N/A	N/A	sim/não	0,00 €	0,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	4
		3.1.11. Manutenção da antiga zona de apoio ao campismo	CMP	N/A	Realizado	N/A	sim/não	N/A	0,00 €	10 000,00 €	0,00 €	10 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	2,4
		3.1.12. Reabilitação/manutenção dos taludes da zona de acesso ao cais e praia do Carreiro do Mosteiro	CMP	DGPC	Realizado	N/A	sim/não	N/A	0,00 €	500 000,00 €	0,00 €	500 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	2,4
		3.1.13. Reconversão do sistema de abastecimento de água na ilha.	CMP	N/A	Realizado	N/A	sim/não	N/A	0,00 €	200 000,00 €	0,00 €	200 000,00 €	Ilha da Berlenga	2	13
		3.1.14. Aquisição de compactador de resíduos sólidos urbanos	CMP	N/A	Adquirido	N/A	sim/não	N/A	0,00 €	4 000,00 €	0,00 €	4 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	13
	3.2. Aprofundar as necessidades inerentes a oferecer melhores condições de visitação	3.2.1. Realização de levantamento de necessidades da Berlenga na ótica dos visitantes	CCG	N/A	Nº	1	1	1	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	6 000,00 €	Ilha da Berlenga e Online	1	2,6
	3.3. Promover um maior conhecimento sobre o perfil dos visitantes	3.3.1. Monitorização da visitação e instalação de contadores de visitantes	ICNF	Instituições Universitárias	Nº	8	N/A	N/A	30 000,00 €	0,00 €	0,00 €	30 000,00 €	Ilha da Berlenga	1	6,7
		3.3.2. Reativação do "barómetro de visitação"	CCG	Univ. Nova	Em funcionamento	N/A	sim/não	sim/não	0,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	5 000,00 €	Ilha da Berlenga, Peniche e Online	2	6,7,8

PLANO DE COGESTÃO
RESERVA NATURAL DAS BERLENGAS



EIXO DE ATUAÇÃO	MEDIDAS	AÇÕES	ENTIDADE RESPONSÁVEL	PARCEIRO(S)	INDICADORES	METAS ANUAIS			ORÇAMENTO				Abrangência geográfica	GRAU PRIORIDADE 1= muito prioritário 5 = nada prioritário	INDICADOR OBRIGATÓRIO
					UNIDADE	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total			
4. Contribuição para a Conservação da Natureza e Biodiversidade	4.1. Promover um maior conhecimento sobre a biodiversidade e ecossistemas da Reserva Natural das Berlengas	4.1.1. Apoiar na realização e divulgação de ações de controlo de espécies exóticas	ICNF + SPEA + ESTM	A definir	Nº	1	1	1	2 000,00 €	2 000,00 €	2 000,00 €	6 000,00 €	Ilha da Berlenga, Peniche e online	2	14,15
		4.1.2. Promover iniciativas de sensibilização acerca do problema das espécies exóticas	ICNF + SPEA + ESTM	A definir	Nº	1	1	1	1 500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €	4 500,00 €	Ilha da Berlenga, Peniche e online	2	14,15
		4.1.3. Promover a realização de um estudo sobre os ecossistemas subaquáticos	CCG	EMEPC	Progresso	0%	25%	75%	0,00 €	150 000,00 €	300 000,00 €	450 000,00 €	Arquipélago das Berlengas e Peniche	1	14,15
	4.2. Promover uma ligação próxima e profícua com a academia	4.2.1. Integrar cientistas e professores nas atividades realizadas e tomadas de decisão	CCG	Escolas e Instituições de Ensino Superior	Realizado	sim/não	sim/não	sim/não	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 000,00 €	Portugal	2	18
		4.2.2. Promover a formação de professores sobre os valores naturais da RNB	CCG	Instituições de Ensino	Realizado	N/A	sim/não	sim/não	1 500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €	4 500,00 €	Região Oeste	2	14,15
		4.2.3. Atividades que integram alunos e voluntários	CCG	A definir	Nº	3	3	3	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 000,00 €	Ilha da Berlenga e Peniche	2	14,16
		4.2.4. Fornecer apoio logístico a cientistas em atividades de campo	ICNF + CMP	A definir	Realizado	sim/não	sim/não	sim/não	1 500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €	4 500,00 €	Arquipélago das Berlengas e Peniche	2	11,13
	4.3. Promover uma ligação próxima e profícua com associações ambientais	4.3.1. Integrar associações ambientais nas atividades realizadas e tomadas de decisão	CCG	A definir	Realizado	sim/não	sim/não	sim/não	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 000,00 €	Arquipélago das Berlengas, Peniche e online	2	11,18,19
	4.4. Facilitar e potenciar a ligação dos atores locais com a academia e associações ambientais	4.4.1. Promover dia aberto na ESTM e CETEMARES	ESTM	A definir	Realizado	sim/não	sim/não	sim/não	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 000,00 €	Peniche	3	11,12,13
		4.4.2. Promover plataforma de debate entre atores locais/academia/associações ambientais sobre projetos científicos e de conservação	CCG	Conselho Estratégico	Realizado	sim/não	sim/não	sim/não	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 000,00 €	Arquipélago das Berlengas, Peniche e online	2	11,13,15,17
									5 622 000,00 €						

7. Instrumentos e linhas de financiamento

7.1. Financiamento das medidas e ações definidas

De acordo com o Artigo 14º do DL 116/2019, de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas, o financiamento baseia-se nos seguintes pontos:

1 - Ao financiamento das medidas e das ações constantes no plano de cogestão aplicam-se os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade.

2 - O financiamento deve, ainda, obedecer a princípios de sustentabilidade económica num horizonte de médio prazo.

3 - O financiamento das medidas e ações constantes no plano de cogestão processa-se de acordo com metas objetivas a alcançar.

4 - Sem prejuízo das verbas disponibilizadas, anualmente, pelo Fundo Ambiental, pelo Fundo Florestal Permanente, pelo Fundo Azul ou por outros cuja missão seja compatível com as medidas e ações previstas no plano de cogestão, tais medidas e ações podem ser financiadas por:

- a) Receitas próprias do ICNF, I. P.;
- b) Receitas próprias das demais entidades representadas na comissão de cogestão;
- c) Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à área protegida;
- d) Verba disponibilizada pelo município abrangido pela Área Protegida;
- e) Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;
- f) Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;
- g) Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;
- h) Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

5 - As candidaturas a financiamento nacional ou da União Europeia para a execução de medidas constantes no plano de cogestão devem beneficiar os coeficientes de majoração na sua avaliação.

A Comissão de Cogestão, com o apoio do Conselho Estratégico procurará identificar os melhores instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida.

7.2. Estratégia de obtenção de financiamento

A estratégia de obtenção de financiamento do plano de cogestão assentará nos seguintes pontos:

- Criação de projetos para submissão a candidaturas a financiamentos;
- Gabinete de projetos da Câmara Municipal de Peniche;
- Orçamento anual das instituições com assento na Comissão de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas;
- Parte das verbas da taxa de visitação contratualizadas para apoio e implementação da Cogestão

8. Monitorização

8.1. Resultados obtidos na situação de referência para os indicadores de realização obrigatórios

O Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, prevê a definição de um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização comuns para as áreas protegidas, indicadores estes que devem ser integrados nos planos de cogestão.

O Plano de Cogestão (e de forma particular as medidas e ações a implementar) será acompanhado pela Comissão de Cogestão da Reserva Natural das Berlengas e objeto de monitorização com a apresentação de um relatório anual de acompanhamento e do Plano de Atividades anual da Comissão.

A Tabela IV apresenta o conjunto dos indicadores obrigatórios, bem como a situação de referência à data da elaboração deste Plano.

Tabela IV: Indicadores de realização obrigatórios - Resultados da situação de referência em 2023

Temática	Indicadores de realização	Unidade de medida	Situação de referência em 2023
Porta de entrada	1 Porta(s) de entrada da AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes.	N	N = 1 Porta de entrada localizada na sede da RNB em Peniche fisicamente concluída. Prevista exposição permanente. Existe um Centro de visitantes no bairro dos pescadores na ilha da Berlenga com informação sobre os valores naturais, mas está desativado.
Infraestruturas de lazer e visitação	2 Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).	N	N = 1 Existe 1 local de merendas operacional e em bom estado de conservação.
Materiais de divulgação	3 Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).	N	N = 12 . Site: https://natural.pt/protected-areas/reserva-natural-berlengas?locale=pt . Mapa: https://resources.natural.pt/uploads/additional-information/2022/03/25/11/pp5NshnGp1PpALE.jpeg . LIFE Berlengas: https://www.berlengas.eu/ . Vídeo: Berlengas, arquipélago com vida - https://vimeo.com/159477673 . 5 folhetos: peixes I e II aves, invertebrados, Berlengas RBB; https://opesca.pt/ - https://spea.pt/anzolmais/ - https://www.divingberlengas.pt
Rotas e percursos interpretativos	4 Rotas e/ou percursos interpretativos pedestres operacionais na AP	N	N = 2 Existem 2 percursos interpretativos pedestres pelos trilhos da ilha da Berlenga, ambos operacionais.
Sinalização	5 Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).	N	N = 10 Existem 6 mesas interpretativas + 4 totens direcionais. Todos em bom estado de conservação.

Temática	Indicadores de realização	Unidade de medida	Situação de referência em 2023
Visitação	6 Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros.	N	N = 1 Visitantes contabilizados através de plataforma eletrónica de acesso à ilha.
	7 Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza.	N	N = 1 Visitantes contabilizados através de plataforma eletrónica de acesso à ilha. Total de 61.655 títulos de acesso à AP no ano de 2022 através da plataforma Berlengaspas
	8 Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas/n.º total de reclamações recebidas).	%	Não há registos de reclamações
Natural.Pt	9 Novos aderentes à marca Natural.pt	N	Não há aderentes à marca
	10 Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt.	N	Não há aderentes à marca
Novas atividades e produtos	11 Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP.	N	N = 2 - Pescaria passível de certificação de origem - Apanha de percebe passível de certificação de origem
	12 Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.	N	Não se aplica neste momento
Inovação	13 Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP.	N	N = 3 - Implementação do 1º Comité de Cogestão de uma pescaria em Portugal - o comité de cogestão para a apanha de percebe na Reserva Natural das Berlengas; - Anzol+ - Pesca sustentável na AMP e na ZPE da Berlenga, com introdução e testagem de medidas de minimização do impacto das artes de pesca sobre as aves marinhas protegidas. (MAR-01.03.02-FEAMP-0026) financiamento Programa Operacional Mar2020; duração: 3 anos (maio 2019 - setembro 2022). - Projeto Berlenga Sustentável - Instalação de parque solar para produção de energia elétrica com vista a autonomizar a Ilha da Berlenga, e evitar a sua dependência de combustível fóssil para o funcionamento dos geradores. (https://www.e-redes.pt/pt-pt/berlenga-sustentavel)

Temática	Indicadores de realização		Unidade de medida	Situação de referência em 2023
Educação e sensibilização ambiental	14	Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP.	N	N = 2 - Semana Tanto Mar - Caderno Pedagógico LIFE BerleNGas
	15	Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.	N	N = 3 - Voluntários LIFE - LIFE BerleNGas (minimização bycatch pescas), MedAves Pesca, Anzol + - Semana Tanto Mar
Participação pública no processo de cogestão	16	Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e <i>networking</i>).	N	N = 3 - Palestra Biodiversidade da Reserva Natural das BerleNGas Semana Tanto Mar - Palestra Biodiversidade da Reserva Natural das BerleNGas evento Lourambi - Jornadas da Biodiversidade - Palestra Modelo de Cogestão da Reserva Natural das BerleNGas BTL
	17	Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da cogestão da AP.	N	N = 56 - Nº de participantes no inquérito realizado online com o objetivo conhecer a perspetiva dos atores locais sobre alguns aspetos que caracterizam a área protegida.
Avaliação do processo de cogestão	18	Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios).	N	Ainda sem dados
	19	Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/n.º total de iniciativas de participação pública).	%	Ainda sem dados
	20	Financiamento do plano de cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário).	%	N/A
	21	Execução de projetos e ações previstos no plano de cogestão da AP — execução física e financeira.	%	N/A

8.2. Medição anual dos *indicadores de realização* obrigatórios

Definidos os indicadores de realização a alcançar, estabelecem-se as metas previstas para cada indicador.

A monitorização do Plano de Cogestão da Reserva Natural das BerleNGas será então realizada através dos indicadores de realização e da situação de referência e metas estabelecidas. Estes parâmetros permitirão comparar a situação atual com a situação após a execução das medidas e ações previstas mediante uma avaliação anual dos indicadores, a apresentar num relatório de acompanhamento de execução das atividades.

Os resultados serão disponibilizados online (páginas web das diversas entidades que constituem a Comissão de Cogestão), bem como nas redes sociais associadas. A Tabela III permite perceber a distribuição anual de cada uma das ações e a Tabela V apresenta o conjunto dos indicadores obrigatórios, a referência da Ação que pretende dar resposta ao indicador e a meta a alcançar em 2025.

Tabela V: Indicadores de realização obrigatórios – Ações que dão resposta e meta a alcançar

Temática	Indicadores de realização	Situação de referência	Referência no presente Plano Cogestão	Meta 2025
Porta de entrada	1 Porta(s) de entrada da AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes.	N = 1	Ação 2.3.1. Criação do "Manual da Berlenga" Ação 3.1.5. Criação do centro de receção de visitantes na Berlenga	N = 3
Infraestruturas de lazer e visitação	2 Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).	N = 1	Ação 3.1.1. Requalificação do sistema de saneamento Ação 3.1.2. Execução de estrutura de contenção da arriba da praia do Carreiro do Mosteiro Ação 3.1.3. Requalificação do cais de embarque do Carreiro do Mosteiro Ação 3.1.5. Criação do centro de receção de visitantes na Berlenga Ação 3.1.6. Levantamento anual do estado de estruturas visitação (mesas interpretativas, totens, sinalização, etc.) (1/ano) Ação 3.1.7. Reabilitação do Forte de São João Batista e acessos Ação 3.1.8. Reabilitação do cais de acesso ao Forte de São João Batista Ação 3.1.9. Intervenção para a limitação e segurança dos trilhos Ação 3.1.11. Manutenção da antiga zona de apoio ao campismo Ação 3.1.12. Reabilitação/ manutenção dos taludes da zona de acesso ao cais e praia do Carreiro do Mosteiro Ação 3.2.1. Realização de levantamento de necessidades da Berlenga na ótica dos visitantes (1/ano) Ação 3.3.2. Reativação do "barómetro de visitação"	N = 14

Temática	Indicadores de realização	Situação de referência	Referência no presente Plano Cogestão	Meta 2025
Materiais de divulgação	3	Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).	N = 12	N = 24
			Ação 2.1.1. Criação de website e divulgação regular de conteúdos nas redes sociais	
			Ação 2.2.1. Evento "Dia da Reserva Natural das BerleNGas" (1/ano)	
			Ação 2.2.2. Realização de atividades no Mês do Mar que visem divulgar o património da AP (1/ano)	
			Ação 2.2.3. Realização de exposições de fotografia (e outras) sobre a AP (1/ano)	
			Ação 2.3.1. Criação do "Manual da Berlenga"	
			Ação 3.1.5. Criação do centro de receção de visitantes na Berlenga	
Rotas e percursos interpretativos	4	Rotas e/ou percursos interpretativos pedestres operacionais na AP	N = 2	N = 6
			Ação 3.1.6. Levantamento anual do estado de estruturas visitação (mesas interpretativas, totens, sinalização, etc.) (1/ano)	
			Ação 3.1.9. Intervenção para a limitação e segurança dos trilhos	
Sinalização	5	Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).	N = 10	N = 14
			Ação 3.1.5. Criação do centro de receção de visitantes na Berlenga	
			Ação 3.1.6. Levantamento anual do estado de estruturas visitação (mesas interpretativas, totens, sinalização, etc.) (1/ano)	

Temática	Indicadores de realização		Situação de referência	Referência no presente Plano Cogestão	Meta 2025
Visitação	6	Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros.	N = 1	Ação 3.1.4. Manutenção da plataforma eletrónica de acesso à ilha	N = 5
				Ação 3.1.5. Criação do centro de receção de visitantes na Berlenga	
				Ação 3.3.1. Monitorização da visitação e instalação de contadores de visitantes	
				Ação 3.3.2. Reativação do "barómetro de visitação"	
	7	Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza.	N = 1	Ação 3.1.4. Manutenção da plataforma eletrónica de acesso à ilha	N = 5
				Ação 3.1.5. Criação do centro de receção de visitantes na Berlenga	
				Ação 3.3.1. Monitorização da visitação e instalação de contadores de visitantes	
				Ação 3.3.2. Reativação do "barómetro de visitação"	
	8	Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas /n.º total de reclamações recebidas).	0%	Ação 3.1.5. Criação do centro de receção de visitantes na Berlenga	% = 100
				Ação 3.3.2. Reativação do "barómetro de visitação"	
Natural.Pt	9	Novos aderentes à marca Natural.pt	N/A	N/A	?
	10	Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt.	N/A	N/A	?

Temática	Indicadores de realização	Situação de referência	Referência no presente Plano Cogestão	Meta 2025
Novas atividades e produtos	11	N = 2	Ação 2.3.1. Criação do "Manual da Berlenga"	N = 7
			Ação 2.5.1. Criação "Prémio inovação BerleNGas" (1/ano)	
			Ação 2.5.2. Criação de "selo" BerleNGas que certifique origem/qualidade do produto e/ou serviço	
	12	N/A	Ação 1.1.1. Abolição da venda de embalagens uso único na ilha	N = 17
			Ação 1.1.2. Campanha "Leve o lixo para terra"	
			Ação 2.1.1. Criação de website e divulgação regular de conteúdos nas redes sociais	
			Ação 2.2.1. Evento "Dia da Reserva Natural das BerleNGas" (1/ano)	
			Ação 2.2.2. Realização de atividades no Mês do Mar que visem divulgar o património da AP (1/ano)	
			Ação 2.2.3. Realização de exposições de fotografia (e outras) sobre a AP (1/ano)	
			Ação 2.3.1. Criação do "Manual da Berlenga"	
			Ação 2.5.1. Criação "Prémio inovação BerleNGas" (1/ano)	
			Ação 2.5.2. Criação de "selo" BerleNGas que certifique origem/qualidade do produto e/ou serviço	
Inovação	13	N = 3	Ação 2.5.1. Criação "Prémio inovação BerleNGas" (1/ano) Ação 2.5.2. Criação de "selo" BerleNGas que certifique origem/qualidade do produto e/ou serviço Ação 4.2.1. Integrar cientistas e professores nas atividades realizadas e tomadas de decisão Ação 4.2.4. Fornecer apoio logístico a cientistas em atividades de campo	N = 9

Temática	Indicadores de realização	Situação de referência	Referência no presente Plano Cogestão	Meta 2025
Educação e sensibilização ambiental	14	Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP.	Ação 1.1.1. Abolição da venda de embalagens uso único na ilha Ação 1.1.2. Campanha "Leve o lixo para terra" Ação 1.2.1. Limpeza costeiras e subaquáticas (1/ano) Ação 1.2.2. Ação de sensibilização sobre biossegurança Ação 1.2.3. Ação de sensibilização sobre boas práticas na ilha da Berlenga Ação 4.1.1. Apoiar na realização e divulgação de ações de controlo de espécies exóticas Ação 4.1.2. Promover iniciativas de sensibilização acerca do problema das espécies exóticas Ação 4.1.3. Promover a realização de um estudo sobre os ecossistemas subaquáticos Ação 4.2.2. Promover a formação de professores sobre os valores naturais da RNB Ação 4.2.3. Atividades que integram alunos e voluntários (3/ano) Ação 4.2.4. Fornecer apoio logístico a cientistas em atividades de campo	N = 23
	15	Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.	Ação 2.2.1. Evento "Dia da Reserva Natural das Berlengas" (1/ano) Ação 2.2.2. Realização de atividades no Mês do Mar que visem divulgar o património da AP (1/ano) Ação 2.2.3. Realização de exposições de fotografia (e outras) sobre a AP (1/ano) Ação 4.1.1. Apoiar na realização e divulgação de ações de controlo de espécies exóticas Ação 4.1.2. Promover iniciativas de sensibilização acerca do problema das espécies exóticas Ação 4.2.2. Promover a formação de professores sobre os valores naturais da RNB	N = 15

Temática	Indicadores de realização		Situação de referência	Referência no presente Plano Cogestão	Meta 2025
Participação pública no processo de cogestão	16	Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e <i>networking</i>).	N = 3	Ação 2.3.1. Criação do "Manual da Berlenga"	N = 7
				Ação 2.4.1. Apresentação pública de relatório anual de atividades (1/ano)	
	17	Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da cogestão da AP.	N = 56	Ação 2.4.1. Apresentação pública de relatório anual de atividades (1/ano)	N = 250
Avaliação do processo de cogestão	18	Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios).	Sem dados	Ação 2.4.1. Apresentação pública de relatório anual de atividades (1/ano)	N = 16
				Ação 4.2.1. Integrar cientistas e professores nas atividades realizadas e tomadas de decisão	
				Ação 4.2.2. Promover a formação de professores sobre os valores naturais da RNB	
				Ação 4.2.3. Atividades que integram alunos e voluntários (3/ano)	
				Ação 4.2.4. Fornecer apoio logístico a cientistas em atividades de campo	
				Ação 4.3.1. Integrar associações ambientais nas atividades realizadas e tomadas de decisão	
	19	Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ n.º total de iniciativas de participação pública).	Sem dados	Ação 2.4.1. Apresentação pública de relatório anual de atividades (1/ano)	% = 75%
20	Financiamento do plano de cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário).	N/A	Ação 2.4.1. Apresentação pública de relatório anual de atividades (1/ano)	% = 100%	
21	Execução de projetos e ações previstos no plano de cogestão da AP — execução física e financeira.	N/A	Ação 2.4.1. Apresentação pública de relatório anual de atividades (1/ano)	% = 100%	

8.3. Publicitação dos resultados obtidos anualmente

Os resultados obtidos anualmente constarão em relatórios anuais de atividades que serão disponibilizados para consulta livre no website da Câmara Municipal de Peniche, no website do ICNF e redes sociais da Cogestão da Reserva Natural das Berlengas

9. Publicitação e divulgação

9.1. Publicitação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida

A informação relevante no âmbito da cogestão da Reserva Natural das Berlengas será publicitada no website oficial do Município de Peniche, do ICNF, no jornal Voz do Mar (jornal local de

Peniche), na Rádio 102 FM (Rádio local de Peniche) e noutras plataformas consideradas relevantes.

9.2. Divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida

A divulgação da informação considerada relevante no âmbito da cogestão da Reserva Natural das Berlengas será feita regularmente através de artigos redigidos por representantes da Comissão de Cogestão no jornal Voz do Mar, através da presença na rádio local de um (ou mais) representante(s) da Comissão de Cogestão, em sessões de esclarecimento (sempre que justificável), no website do Município e do ICNF e nas redes sociais da Cogestão da Reserva Natural das Berlengas.

10. Anexos

Anexo I - Lista de atores locais identificados para a Reserva Natural das Berlengas

ADMINISTRAÇÃO LOCAL E/OU CENTRAL, FORÇAS DE AUTORIDADE E/OU DE SEGURANÇA

Câmara Municipal de Peniche (CMP)

ICNF, I.P. (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas)

DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, SA (Peniche)

DGAM (Direção-Geral da Autoridade Marítima) - Capitania do Porto de Peniche

Bombeiros Municipais de Peniche

GNR (Guarda Nacional Republicana)

PSP (Polícia de Segurança Pública)

Polícia Marítima

ISN (Instituto de Socorros a Náufragos)

FPAS (Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas)

COMUNIDADE ACADÉMICA, CIENTÍFICA E EDUCATIVA

Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (ESTM)

Centro de Estudos do Ambiente e do Mar (CESAM)

Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL)

Centro de Ciências do Mar e Ambiente (MARE)

MARE-Instituto Politécnico de Leiria

MARE-Universidade de Évora

MARE-ISPA

MARE-Universidade de Lisboa

MARE-Universidade de Coimbra

MARE-NOVA

MARE-Madeira

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

Centro Funcional de Ecologia (CFE)

Centro de Ciências do Mar (CCMAR)

Centro de Investigação Marinha e Ambiental, Universidade do Algarve (CIMA)

Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR)

CIBIO (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos)

OKEANOS - Universidade Açores

Escola Secundária de Peniche

ONG's

Associação Arméria

Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)

Associação Portuguesa para o Estudo e Conservação dos Elasmobrânquios (APECE)

Marmeu

Ocean Patrol

Associação Natureza Portugal (ANP)/World Wildlife Foundation (WWF)

Peniche Surfing Club

PESCA E MARISCAGEM

Organização Produtores Pesca - OPCentro

Associação de Pescadores da Pesca Artesanal das Ilhas Berlengas (APPAIB)

40 Apanhadores licenciados para a apanha do percebe na RNB

Associação dos Amigos da Berlenga

TURISMO DE NATUREZA / TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

VIAMAR, Sociedade de Viagens Peniche- Berlenga, Lda.

Associação de Operadores Marítimo - Turística do Oeste Penichense (AERO)

AcvasubOeste - Escola de Natação e Mergulho, Lda.

Ana Maria Pereira Lomba

AROUND LISBON, LDA.

Berlenga Live, Lda.

Berlenga Praia-Actividades Marítimo Turísticas, Lda

Berlengoest, Actividades Marítimo-Turísticas, Lda.

Bento Bello Berlenga Co, Lda.

Birds & Nature Tours, Lda.

Bruno Miguel da Silva Monteiro

Fernando Manuel Ferreira Romão

Futuro - Actividades Marítimo-Turísticas, Lda. (Feeling Berlenga)

Haliotis - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.

Inácio Manuel Alves Garcia

JUSTDIVE - Actividades marítimas, Lda.

Odisseia Viva, Lda.

Oeste Atlântico - Actividades Náuticas, Lda. (Feeling Berlenga)

Onda Larga, Lda.

Natália Susana Colaço Rocha

Renato José Rigueira Rodrigues

Tiago & Bernardo - Pesca Marítimo Turística, Lda. (Feeling Berlenga)

Viralhada e Inglês, Lda.

Mesa da Ilha + Berlenga bed & Breakfast

Anexo II – Histórico de processos participativos no âmbito da área protegida

- ✓ **Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas** - discussão pública, que decorreu entre os dias 4 de setembro e 17 de outubro de 2007.

- ✓ **Plano de Gestão da ZPE das Ilhas Berlengas:**
 - Processo participativo com diversas entidades e atores locais, num conjunto de reuniões que decorreram em Peniche, entre maio e setembro de 2010, onde foram identificados os objetivos e ações de gestão, bem como os recursos materiais e financeiros necessários para a sua implementação.

 - Janeiro de 2017, o workshop “A Gestão da ZPE Ilhas Berlengas: Planear, Implementar, Concretizar”, realizado no âmbito do Projeto Life Berlengas, revisitou e analisou as ações propostas, através da participação de *stakeholders* essenciais para o sucesso das mesmas. Deu-lhes a conhecer todas as ações presentes no Plano de Gestão e potenciou a participação pública na tomada de decisões essenciais para garantir o sucesso das ações.

- O ICNF colocou a proposta de Plano de Gestão da ZPE das Ilhas Berlengas em consulta pública entre 15 de fevereiro e 14 março de 2019.
- ✓ **Conselho Estratégico da Reserva Natural das Berlengas** - entre 2008 e 2022 reuniu em média duas vezes/ano, tendo ainda ocorrido reuniões de grupos de trabalho específicos em determinados momentos.
- ✓ **Life Berlengas (2014-2019)** - Gestão sustentável para a conservação de espécies e habitats ameaçados na ZPE das Berlengas:
 - Avaliação do impacto da pesca sobre as populações de aves marinhas da ZPE num programa de observadores a bordo que monitorizou um total de 295 embarques, correspondendo a 233 horas no mar direcionado às redes de emalhar, palangre demersal e cerco. Para complementar a informação recolhida e estimar o esforço de pesca foram realizados paralelamente cerca de 600 inquéritos a mestres de pesca nos portos de Peniche e Nazaré.
 - Promovidas uma série de atividades com a comunidade escolar assim como junto de pescadores, agentes turísticos e visitantes das Berlengas: sessões em escolas de Peniche, 650 alunos envolvidos do pré-escolar ao secundário.
 - Resultados dos inquéritos aos visitantes permitiram criar o Barómetro de Visitação da Berlenga, que revelou como é que evolui o grau de satisfação desses utilizadores, de ano para ano, sobre a experiência de visitação, o nº de pessoas presentes na ilha ou determinados aspetos como a beleza natural, os trilhos, a limpeza, o comportamento das pessoas ou os preços.
- ✓ **Projeto CO-PESCA 2 (2017-2020)**
 - Surge em 2017, depois da identificação da pescaria de Percebes da Reserva Natural das Berlengas como a pescaria com maior potencialidade para um processo de cogestão, cuja gestão partilhada entre diferentes intervenientes, permite focar na sustentabilidade dos recursos, nas suas várias dimensões: ambiental, económica e social. Marca o ponto de partida de processos participativos da gestão dos recursos da pesca.
 - Ao longo de todo o projeto os trabalhos decorreram com inúmeras reuniões de trabalho com os pescadores, através de representantes eleitos pelos mesmos e criação do grupo de trabalho para o comité de cogestão.

- Como resultado do projeto é publicada em 2021 a Portaria n.º 309/2021 de 17 de dezembro, que cria o Comité de Cogestão para a Apanha de Percebe (*Pollicipes pollicipes*) na Reserva Natural das Berlengas (RNB), cuja área faz parte da Reserva da Biosfera das Berlengas, classificada pela UNESCO.

✓ Capacidade de Carga Humana da Reserva Natural das Berlengas

- Portaria n.º 355/2019 de 19 de maio - Consulta pública do projeto de portaria da capacidade de carga humana da área terrestre da ilha da Berlenga decorreu de 1 de março de 2019 a 12 de abril de 2019.
- Portaria n.º 30/2021 de 10 de fevereiro - Determina as condições de acesso à área terrestre da ilha da Berlenga, respetivo modelo de gestão e mecanismos de controlo e fiscalização. Consulta pública de 09 de dezembro de 2019 a 22 de janeiro de 2020, no Portal do Governo (consultalex.gov.pt).
- Portaria n.º 19/2022 de 5 de janeiro - Fixa o valor da taxa devida pelo acesso à área terrestre da ilha da Berlenga. Consulta pública entre 7 de outubro e 19 de novembro de 2021 no Portal do Governo (consultalex.gov.pt).

✓ Reserva da Biosfera

- A fase da candidatura a Reserva da Biosfera envolveu um processo de auscultação à população local
- No processo de elaboração do relatório da década (2021) houve novamente auscultação e consulta pública à população local